

# A importância da modalização em quatro manifestos produzidos pela UMAR<sup>1</sup>

Ana Sofia Souto

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa  
(Portugal)

Centro de Linguística da Universidade NOVA de Lisboa (Portugal)  
[ana.sofia.souto@campus.fcsh.unl.pt](mailto:ana.sofia.souto@campus.fcsh.unl.pt)

**Resumo:** O presente artigo procura destacar o papel instrumental desempenhado pelo género de discurso “manifesto” na cultura combativa da associação feminista portuguesa UMAR, a qual, desde a sua origem, tem utilizado manifestos quer para reivindicar mudanças, quer para apontar caminhos a seguir. Especificamente, o artigo foca-se em alguns exemplos da construção da modalização em quatro manifestos produzidos pela associação com o objetivo de apurar que papel desempenha a modalização na arte de questionar, criticar e convencer. A análise da modalização nos manifestos da UMAR evidencia o papel central da linguagem enquanto instrumento de intervenção social e política. Nos textos analisados, a modalização é mobilizada para opinar, argumentar, confrontar e apelar à ação, sustentando um discurso de denúncia e de construção utópica. Observa-se o uso articulado da modalização epistémica, que modula graus de certeza e autoridade e da modalização deôntica, que impõe obrigações morais e convoca à responsabilidade coletiva. Estes mecanismos linguísticos não apenas sustentam a argumentatividade dos textos, mas também projetam ideologias e constroem sentidos que oscilam entre a crítica ao presente e a reivindicação de um futuro mais igualitário e inclusivo.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; Género de discurso; Manifesto; Modalização; UMAR.

**Abstract:** This article seeks to highlight the instrumental role played by the “manifesto” genre of discourse in the combative culture of the Portuguese feminist association UMAR, which, since its inception, has used manifestos both to call for change and to point out ways forward. Specifically, the article focuses on some examples of the construction of modalization in four manifestos produced by the association with the aim of ascertaining what role modalization plays in the art of questioning, criticizing and convincing. The analysis of modalization in UMAR's manifestos highlights the central role of language as an instrument of social and political intervention. In the texts analyzed, modalization is used to express opinions, argue, confront and call for action, supporting a discourse of denunciation and utopian construction. There is an articulated use of epistemic modalization, which modulates degrees of certainty and authority, and deontic modalization, which imposes moral obligations and calls for collective responsibility. These linguistic mechanisms not only support the argumentativeness of the texts, but also project ideologies and construct meanings that oscillate between criticizing the present and calling for a more egalitarian and inclusive future.

**Keywords:** Discourse analysis; Discourse genre; Manifesto; Modalization; UMAR.

---

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido no âmbito de uma investigação de doutoramento, dedicada ao estudo do género de discurso “manifesto” em Portugal com apoio de bolsa FCT (ref.: 2021.04523.BD).

## 1. Introdução

A União de Mulheres Alternativa e Resposta (doravante UMAR), criada em setembro de 1976, tem vindo, ao longo da sua história, a fazer uso de vários manifestos para transmitir as suas ideias e reivindicar as suas prioridades de atuação.

O manifesto é um género de discurso de natureza argumentativa, marcado por uma forte carga crítica e transformadora, que visa contestar o estado atual da sociedade e propor mudanças sociais, políticas ou artísticas. Surge como uma forma de “insurreição linguística”, um levantar-se simbólico e discursivo contra o que é considerado inaceitável ou injusto, sendo, por isso, especialmente comum em contextos de crise.

Embora historicamente anterior, o manifesto moderno tem como marco o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), de Marx e Engels, e desde então desdobra-se em três principais âmbitos: social, político e artístico, sempre como expressão de resistência e de desejo de transformação.

O manifesto combina argumentação com resistência, funcionando como um contradiscurso face ao poder instituído e ao discurso dominante. Visa legitimar movimentos alternativos, denunciar injustiças e imaginar realidades futuras, sendo, assim, profundamente utópico. Mais do que descrever o presente, projeta um futuro diferente e melhor.

Fundamentalmente, o manifesto é inseparável do contexto democrático, pois floresce na pluralidade de vozes e ideias, contribuindo ativamente para a saúde da democracia.

A Revolução dos Cravos representou um ponto de viragem no que aos movimentos de mulheres diz respeito e constituiu uma oportunidade de abertura, de afirmação e de transformação. Manuela Tavares, uma das associadas fundadoras da UMAR e especialista em estudos sobre as mulheres, indica que as associações de mulheres representaram “(...) espaços de afirmação e valorização das próprias mulheres, trazendo para a esfera pública muito daquilo que, durante anos, tinha sido considerado da esfera privada de cada mulher” (cf. Tavares, 2000: 35-36), permitindo às mulheres participar e tomar a palavra em reuniões, manifestações, assinaturas de manifestos, apelos e cartas abertas, entre outras ações. Note-se que, num contexto em que as mulheres viviam subalternizadas por décadas de opressão, a UMAR foi pioneira, devolvendo a voz que tinha sido roubada a mulheres de todo o país.

Este artigo centra-se nos manifestos produzidos pela UMAR que estão depositados na plataforma “Casa Comum”.<sup>2</sup> O manifesto mais antigo data de 1977 e intitula-se “Manifesto: por um inquérito rigoroso ao tráfico e corrupção de jovens mulheres - Comissão Distrital do Porto da UMAR” (M1). Tal como indicado no parágrafo introdutório, o texto visa tomar uma posição acerca da série de artigos publicados no “Jornal de Notícias” sobre o tráfico e corrupção de jovens mulheres, ainda menores.

O segundo manifesto (M2) - “Manifestos aos deputados, aos médicos, aos intelectuais - Semana da Legalização do Aborto” - é de 1982, está enquadrado na Semana da Legalização do Aborto e objetiva apelar à consciencialização do problema do aborto e à importância do debate sobre a regulamentação do mesmo na Assembleia da República. Este texto tem um caráter particular pois, na verdade, não se trata de um, mas de três manifestos, sendo um dirigido aos deputados, outro aos médicos e outro aos intelectuais.

De seguida, surge o “Manifesto para uma sociedade activa: Graal”, datado de 1997 (M3). Integrado no IV Programa Comunitário a Médio Prazo para a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres (1996-2000) da Comissão Europeia, o manifesto visa provocar alterações estruturais na sociedade, alargando o debate sobre a necessária igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Finalmente, o último manifesto presente na plataforma foi lançado em 2001. É um manifesto europeu chamado “A Igualdade: o nosso compromisso” (M4). Como o próprio título do texto indica, este aborda problemas relacionados com a igualdade de oportunidades entre as pessoas, independentemente do seu género.

A UMAR ilustra, nos seus manifestos, a premência das causas em foco, através de uma estratégia específica que importa sublinhar – a modalização.

## **2. Enquadramento teórico**

Neste artigo, mobilizam-se saberes da Análise do Discurso (doravante AD), a qual surgiu em 1969, em França. O objetivo da AD é analisar o modo como o discurso se articula com o contexto social e histórico em que é gerado. Para isso, foca-se no estudo do contexto sociohistórico da produção do discurso, na análise das condições de produção (quem fala, para

---

<sup>2</sup> <http://casacomum.org/cc/arquivos> - desenvolvida pela Fundação Mário Soares e Maria Barroso.<sup>2</sup>

quem e em que circunstâncias) e na escolha das estratégias discursivas, além de investigar como o discurso constrói as identidades dos sujeitos envolvidos.

No estudo dos manifestos, a análise da modalização assume um papel central, pois permite compreender de que forma o locutor constrói a sua posição no discurso, orienta a interpretação por parte do destinatário e procura exercer influência ideológica sobre este. Através dos diferentes mecanismos modais, o locutor expressa graus de certeza, juízos de valor, obrigações ou desejos, ajustando o conteúdo enunciado às suas intenções, convicções e objetivos comunicativos.

Embora não seja objetivo central deste trabalho traçar toda a trajetória teórica da modalidade/modalização — marcada por variações terminológicas e metodológicas — destaca-se, a título de contextualização, o contributo de autores fundamentais ao longo do século XX. Entre estes encontram-se Lyons (1968; 1977), Leech (1969 e seguintes), Halliday (1970, 1985), Benveniste (1974), Weinreich (1977), Palmer (1979, 1986 e 2001), Meyer (1980), Coates (1983) e Culoli (1985), que ajudaram a consolidar a modalidade como expressão da atitude do locutor perante o conteúdo enunciado, envolvendo graus de certeza, desejo, obrigação ou avaliação.

Lyons identifica três escalas modais principais (desejo, obrigação e certeza), enquanto Benveniste e Culoli enfatizam a dimensão subjetiva e intersubjetiva da enunciação.

No universo português, podem-se destacar os trabalhos de Campos (1991), Oliveira (1988; 2000) e Oliveira e Mendes (2013).

Os estudos de Campos acerca da modalidade enquadraram-se teoricamente nas investigações de Culoli sobre a enunciação, em particular no seu modelo de funcionamento da linguagem. Neste modelo, as operações de modalização ocupam um lugar definido, ou seja, fazem parte do enunciado. Para Campos (2001, p. 169):

A modalidade é, portanto, uma categoria que caracteriza todo e qualquer enunciado, e a análise dos valores modais deverá incidir sobre conceitos que, naquelas definições, correspondem a ‘representação’, ‘aquilo que diz’, ‘reagir’, ‘juízo’, ‘atitude’, e, mais especificamente, ‘constatar’, ‘apreciar’, ‘desejar’.

Campos (2001) considera que existem três domínios da modalidade, a saber: (i) a modalidade epistémica, que consiste no grau de *conhecimento* em relação ao estado das coisas; (ii) a modalidade apreciativa, que tem a ver como o modo *como se reage* a um determinado facto ou acontecimento; (iii) a modalidade intersujeitos, a qual corresponde a uma relação interagentiva na qual o sujeito da enunciação *age* sobre o sujeito do enunciado, com o objetivo

de que este se torne agente de uma situação dinâmica. O sujeito da enunciação assume-se como origem deôntica da permissão ou obrigação.

Os três tipos de modalidades referidos acima interrelacionam-se. A modalidade epistémica combina-se com os outros tipos de modalidade, dando origem a valores complexos. Uma classificação de valores modais deverá, por isso, segundo Campos, ser sempre cruzada.

Fátima Oliveira (em Mateus et alii (2003, pp. 245-254)) para além de definir modalidade como a “gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes”, diferencia entre modalidade alética (ligada à noção de verdade), epistémica e deôntica.

Segundo a autora, os conceitos modais têm diversos meios de se manifestar nas línguas naturais:

- verbos modais como *poder* e *dever*; verbos plenos que veiculam valores modais como *saber*, *crer*, *permitir*, *obrigar*, *precisar de*, *ter de*; advérbios de frase e locuções adverbiais como *possivelmente*, *necessariamente*, *provavelmente*; *se calhar*; certos afixos derivacionais como *-vel*, que formam adjetivos deverbais (*lavável*, *concebível*, *solúvel*); frases genéricas que admitem a expressão de capacidade ou possibilidade; alguns tempos gramaticais como o Imperfeito, o Futuro e o Condicional, quando criam situações alternativas associadas ao domínio da possibilidade. Ex. “Neste momento, o acordo entre os países já estará assinado.”

O termo “modalização” relaciona-se com o de “modalidade”. A mesma tende a ser definida como uma categoria linguística e a modalização como um processo discursivo pelo qual o enunciador/locutor marca a sua posição em relação ao conteúdo que avança, estando mais ligada à pragmática, enunciação e análise do discurso.

No âmbito da AD, o foco desloca-se da modalidade como categoria gramatical para a modalização como prática discursiva e ideológica. Charaudeau (1992), Maingueneau (1997, 2008), Rabatel (2004, 2009) e Authier-Revuz (1998) mostraram como a modalização explicita a posição do locutor, revela a heterogeneidade do discurso e serve a construção de autoridade e responsabilidade enunciativa.

Nos manifestos, a modalização desempenha uma dupla função: exprime um posicionamento crítico sobre o mundo e convoca à ação coletiva. Ao desafiar normas, propor novos quadros de referência e mobilizar valores partilhados, torna-se uma estratégia retórica, um ato político e um mecanismo de construção de hegemonia discursiva. Assim, a análise da modalização nos manifestos evidencia como estes textos ultrapassam a função argumentativa,

emergindo como práticas discursivas transformadoras, capazes de produzir sentidos, afetos, identidades e novas formas de ação sobre o mundo.

### 3. Análise

Para a realização da análise, foram escolhidos alguns excertos que permitem dar conta da riqueza e diversidade da presença da modalização no corpus em estudo.

#### **3.1. M1 “Manifesto: por um inquérito rigoroso ao tráfico e corrupção de jovens mulheres - Comissão Distrital do Porto da UMAR” (1977)**

**Exemplo 1.** *Durante os meses de Novembro e Dezembro publicou o “Jornal de Notícias” uma série de artigos sobre o tráfico e a corrupção de jovens. Pelo carácter dessa série, que nos pareceu fundamentado numa análise bastante detalhada da situação e movido de um espírito crítico, desejoso de esclarecer o público e em nada sensacionalista, achamos que se torna urgente tomar posição sobre os factos lá denunciados (Parágrafo 1 do manifesto).*

O excerto em análise evidencia um uso articulado das modalidades epistémica e deôntica. Por meio de apreciações ponderadas e marcadores de avaliação subjetiva (modalização epistémica) constrói urgência e convoca o leitor à ação; por meio da modalização deôntica reforça o caráter normativo e ético da intervenção proposta. Este uso combinado contribui para a alta densidade argumentativa do texto, um traço essencial do género “manifesto”, cujo objetivo é, simultaneamente, informar, persuadir e mobilizar. A linguagem revela-se não apenas meio de expressão, mas igualmente instrumento político de transformação social.

A modalidade epistémica neste excerto manifesta-se através do uso de formas verbais que indicam o grau de certeza ou avaliação do locutor sobre a informação apresentada:

- “que nos pareceu fundamentado numa análise bastante detalhada”: o verbo “parecer” é um modalizador epistémico de baixa força assertiva. O mesmo introduz uma apreciação do locutor que, embora positiva, é cautelosa e não absoluta, o que confere ao discurso um tom ponderado. A subjetividade do julgamento é marcada pelo uso da forma verbal no pretérito e pelo pronome “nos”, que sugere a enunciação coletiva da organização;
- “achamos que”: outro verbo com valor epistémico, “achar” indica juízo pessoal ou institucional, revelando que a posição adotada resulta de uma avaliação e não de uma imposição

factual. Ao usar esta forma, o locutor manifesta distanciamento crítico e abertura ao diálogo, sem abdicar da força argumentativa.

Estas estratégias epistémicas funcionam como formas de construir credibilidade e razoabilidade. A UMAR demonstra que a sua posição se baseia em análise e reflexão, e não em reações impulsivas ou ideológicas, o que reforça a legitimidade do discurso.

Por seu lado, a expressão “torna-se urgente tomar posição” apresenta um modalizador deôntico forte, que aponta para uma necessidade imperiosa ou até uma obrigação ética. O verbo “tornar-se” marca um processo evolutivo — algo que passa a ser urgente a partir do momento em que se toma conhecimento dos factos. Esta urgência é atribuída pela voz coletiva do locutor, projetando-se para o interlocutor como um apelo à ação.

Ao introduzir a urgência de “tomar posição”, o locutor instaura uma relação intersubjetiva de responsabilidade. Ao mesmo tempo em que assume o compromisso da UMAR, convoca implicitamente o leitor (e a sociedade) a envolver-se e a reagir, o que é característico do género “manifesto”.

**Exemplo 2.** *A mulher, como ser duplamente explorado, é a maior vítima deste sistema (...)*  
*(Parágrafo 6 do manifesto).*

No exemplo 2, o verbo copulativo “ser”, presente na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, é o protagonista da modalização epistémica. O mesmo contribui para formar uma afirmação categórica de valor absoluto, não havendo espaço para dúvidas ou relativizações. A mulher, caracterizada como “ser duplamente explorado” (pois é utilizada de forma abusiva ou exagerada, para além das suas forças, em dois espaços - tanto em casa como no trabalho), é a vítima número um (sendo utilizado o adjetivo “grande” no grau superlativo relativo para enfatizar a gravidade da condição feminina e reforçar a carga emocional do discurso) de um sistema opressivo.

**Exemplo 3.** *A UMAR sabe que essa sociedade só será um dia realidade se, desde já, encetarmos um combate sem tréguas a estes e outros males que nos rodeiam, um permanente esforço de denúncia, esclarecimento e educação que abrirá caminho à luta final capaz de unir mulheres e homens, no objetivo comum (Parágrafo 7 do manifesto).*

Este excerto apresenta uma forte modalização epistémica, com destaque para formas as verbais e construções linguísticas que expressam certeza, convicção e projeção de futuro condicionado:

- “A UMAR sabe que...”: o uso do verbo “saber” no presente do indicativo forma uma afirmação epistémica absoluta. Ao contrário de verbos como “achar” ou “crer”, “saber” implica certeza cognitiva, ou seja, apresenta a proposição seguinte como conhecimento objetivo, inquestionável, legitimado pela autoridade da organização, o que confere autoridade enunciativa e reforça a legitimidade do manifesto;
- “só será um dia realidade se...”: o futuro do indicativo “será”, combinado com a partícula condicional “se”, projeta uma certeza hipotética. A realização do futuro depende de uma ação no presente — o locutor reconhece a possibilidade da transformação social, mas sublinha que esta está condicionada ao engajamento imediato;
- “abrirá caminho à luta final...”: mais uma vez, o uso do futuro do indicativo sugere convicção quanto ao desfecho da ação coletiva. A forma verbal “abrirá” reforça a relação de causa e efeito, representando a consequência inevitável de um compromisso assumido.

A sequência de afirmações epistémicas com força assertiva projeta uma imagem de confiança e racionalidade no discurso. A UMAR não apresenta suposições, mas certezas fundamentadas, o que reforça a autoridade do locutor e a legitimidade da sua proposta.

Através de verbos como “saber” e do uso do futuro, o locutor posiciona-se como alguém que conhece as condições da transformação social.

Este excerto é um exemplo paradigmático de modalização ao serviço da mobilização política e social.

### **3.2. M2 “Manifestos aos deputados, aos médicos, aos intelectuais - Semana da Legalização do Aborto” (1982)**

**Exemplo 4.** *Votar contra a legislação do aborto, no pressuposto da ignorância desta realidade, é pura hipocrisia (Manifesto aos deputados, parágrafo 5).*

Através do uso da expressão “é pura hipocrisia”, marcada pelo uso do verbo “ser” no presente do indicativo, cria-se um tom de certeza absoluta que não contém atenuação, dúvida, nem marcas de hesitação — trata-se de uma afirmação categórica com modalização epistémica forte.

Embora não haja expressões explícitas deônticas como “dever” ou “ser necessário”, o juízo “votar contra [...] é pura hipocrisia” contém uma modalização deôntica implícita na qual o locutor condena eticamente essa ação e, implicitamente, prescreve um comportamento alternativo (votar a favor ou, no mínimo, com conhecimento da realidade). Este tipo de

modalização deôntica negativa (reprovação moral) funciona como uma forma de pressão normativa.

O locutor assume uma posição de autoridade moral e cognitiva, expressando um juízo categórico, ético e valorativo.

O discurso visa deslegitimar o comportamento contrário, apresentando-o como eticamente condenável e cognitivamente desinformado. Esse enunciado é típico de um discurso engajado e militante, como os que se encontram em manifestos, onde se procura não apenas informar, mas convencer, julgar e mobilizar.

**Exemplo 5.** *A vossa profissão não vos permite ignorar dramas humanos que todos os dias chegam até vós e aos quais não podeis ou não quereis dar resposta (Manifesto aos médicos, parágrafo 5)*

Todas as formas verbais “não vos permite”, “chegam até vós”, “não podeis”, “não quereis” do exemplo 5 estão no presente do indicativo, marcando certeza e factualidade. Não existem marcas de dúvida, hipótese ou atenuação, o que significa que o locutor afirma como facto incontestável a realidade enunciada. A informação é apresentada como objetivamente verdadeira, não como opinião, conferindo ao locutor autoridade cognitiva sobre o conteúdo.

- “A vossa profissão não vos permite ignorar...”: o uso do verbo “permitir” na forma negativa expressa uma proibição ética e uma obrigação implícita: os médicos não têm o direito moral ou profissional de ignorar os casos humanos relatados, impondo uma exigência ética fundamentada no papel social do interlocutor (médico) e responsabilizando-o diretamente pela sua (in)ação.

O locutor dirige-se aos médicos de forma direta e acusatória. O uso do presente do indicativo e da linguagem normativa constrói um discurso persuasivo, militante e acusatório, típico do género “manifesto”. O enunciado procura mobilizar pela responsabilização: denuncia omissão, convoca à ação, apela à consciência. É um claro exemplo da função interventiva da linguagem em discursos sociais e políticos.

**Exemplo 6.** *Portugal [é um país] onde o aborto assume proporções catastróficas (Manifesto aos intelectuais, parágrafo 2).*

O enunciado presente no exemplo 6 não contém elementos de modalização deôntica explícita — não há formas como “dever”, “poder”, “ter de”, nem construções como “é

necessário que”. No entanto, a apresentação da situação como “catastrófica” prepara o terreno para uma exigência implícita de ação ou mudança.

O uso do presente do indicativo (“é”, “assume”), no enunciado mostra que o locutor apresenta o conteúdo como factual e incontestável. Não há verbos como “parecer” ou “achar”, que indicariam dúvida ou suposição. Isto marca uma modalização epistémica forte, com afirmações assertivas, que naturalizam o ponto de vista como neutro e objetivo.

Embora não haja modalização deôntica explícita, a construção serve como base argumentativa para possíveis exigências normativas em enunciados subsequentes — como é comum em discursos de intervenção social, que combinam denúncia, julgamento e mobilização.

Este excerto é exemplar do modo como a modalização opera discursivamente para produzir efeitos de sentido típicos do género “manifesto”: naturaliza juízos ideológicos como factos objetivos (modalização epistémica); e prepara uma exigência de mudança, mesmo que não enunciada explicitamente (modalização deôntica implícita). Assim, o texto não apenas informa, mas julga, mobiliza e posiciona-se politicamente, utilizando a linguagem como instrumento de intervenção social.

### **3.3. M3 “Manifesto para uma sociedade activa: Graal” (1997)**

#### **Exemplo 7. *O modo como vivemos não é irremediável!***

“Não é irremediável” expressa uma modalização epistémica negativa, indicando uma negação da certeza de que a realidade atual (modo de vida) seja definitiva ou imutável. O locutor posiciona-se contra uma visão fatalista ou naturalizada da sociedade, o que implica desde logo uma tomada de posição ideológica. Essa forma epistémica atua como estratégia argumentativa pois abre espaço para a proposta de alternativas, preparando o terreno para discursos transformadores ou reivindicativos, como os de manifestos políticos ou sociais.

O uso do ponto de exclamação — “não é irremediável!” — sugere ênfase e apelo emocional, o que pode ser lido como uma tentativa de engajamento do interlocutor. Ainda que não haja uma forma deôntica explícita (como “dever” ou “ser necessário”), o tom convocatório do enunciado carrega uma intenção intersubjetiva de mobilização.

Este enunciado curto, mas potente, opera com modalização epistémica (negação de uma verdade absoluta) e intersubjetiva (mobilização emocional do leitor). No contexto de um manifesto, esse tipo de construção visa romper com a naturalização da ordem vigente e

convocar o público à transformação, evidenciando, conforme a AD, o vínculo entre linguagem, ideologia e ação social.

**Exemplo 8.** *É indispensável mudar a forma como pensamos e questionar a forma como vivemos (Parágrafo 5).*

A forma impessoal “é indispensável” funciona como marcador claro de obrigação universal, típica da modalidade deônica. Trata-se de uma prescrição categórica, sem margem para adiamento, negociação ou relativização. Equivale, semanticamente, a expressões como “devemos mudar”; “é necessário que se mude”; “temos a obrigação de”... o que posiciona o locutor como autoridade normativa, instaurando um dever ético e convocando o destinatário à ação.

O uso do verbo “ser” no presente do indicativo projeta o enunciado como um dado de certeza absoluta, e não como opinião ou hipótese, não deixando espaço para dúvidas, suposições ou hesitações.

Discursivamente, o locutor apresenta-se como detentor de uma verdade inquestionável, o que fortalece o peso argumentativo da proposição.

As expressões “mudar a forma como pensamos” e “questionar a forma como vivemos” implicam que o modo atual de pensar é insuficiente, errado ou conformista; o estilo de vida vigente é problemático, não refletido ou insustentável. Ainda que os termos usados não sejam fortemente emocionais, há um julgamento crítico implícito da realidade atual.

A linguagem não é apenas descritiva: torna-se interventiva, normativa e transformadora, em consonância com a função essencial dos manifestos — convocar, provocar e mobilizar consciências coletivas.

**Exemplo 9.** *Por que não rever e reorganizar as nossas vidas em função da partilha real entre homens e mulheres na vida familiar e doméstica, na vida profissional, cívica e política? (Parágrafo 9)*

O enunciado inicia-se com uma construção interrogativa, “Por que não rever e reorganizar”, a qual sugere incerteza ou questionamento. O locutor não afirma, mas indaga sobre a possibilidade de uma mudança, deixando espaço para dúvida e reflexão.

A interrogação pode ser entendida como uma forma de desafiar a inatividade ou a resistência a mudanças, implicando que algo deveria ser feito em relação à partilha de responsabilidades.

O verbo “reorganizar” sugere que as vidas atuais não estão bem estruturadas ou não são equilibradas. Isso é uma crítica implícita à situação atual e implica que a alteração é necessária para alcançar uma situação mais justa e equilibrada.

### **3.4. M4 “A Igualdade: o nosso compromisso” (2001)**

**Exemplo 10.** (...) *a participação das mulheres na sociedade em igualdade de condições e com as mesmas oportunidades é um requisito fundamental não só para garantir a nossa vida em democracia, mas também para avançar no desenvolvimento económico e social que requer a sociedade europeia (Parágrafo 2).*

O uso do verbo “ser” no presente do indicativo, presente na expressão “é um requisito fundamental” estabelece uma afirmação assertiva e categórica. O locutor não expressa dúvida, mas sim uma afirmação clara sobre a importância da participação das mulheres para garantir a democracia e promover o desenvolvimento. Portanto, existe uma modalização epistémica forte: o locutor apresenta essa proposição como factual e incontestável, sem deixar margem para questionamento.

## **4. Conclusão**

A UMAR destacou-se como uma força pioneira na luta pelos direitos das mulheres em Portugal, recorrendo a um género de discurso específico que este trabalho procurou evidenciar como um verdadeiro instrumento de “insurreição linguística” e de protesto, mas também de solidariedade e transformação social. O manifesto, em particular, revelou-se uma das formas privilegiadas de dar voz às mulheres, permitindo-lhes expressar preocupações, indignações e reivindicações, por meio de estratégias linguísticas diversas — entre as quais se destaca a modalização, foco central desta análise.

Nos manifestos que compõem o corpus deste estudo, a modalização é empregue com múltiplas funções: opinar, argumentar, refutar, destacar factos ignorados ou urgentes, confrontar, exigir e reprovar. Com firmeza e convicção, os textos chamam a atenção para a necessidade de agir, num constante esforço de denúncia e de construção de alternativas. Nesse processo, a linguagem deixa de ser um mero veículo neutro de ideias e torna-se uma ferramenta estratégica de intervenção social e política, abrindo caminho para imaginar — e tornar possível — uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária.

A análise dos quatro manifestos da UMAR demonstra como a associação, profundamente enraizada no contexto pós-revolucionário português, utiliza o género “manifesto” como um espaço de exercício ativo de cidadania. Nesse espaço discursivo, constroem-se realidades, tomam-se posições e lançam-se apelos à ação coletiva.

Os exemplos analisados evidenciam que a modalização epistémica é mobilizada para atribuir diferentes graus de certeza aos enunciados, legitimando o conteúdo com base na ponderação, na experiência ou na convicção. Quando associada a verbos como “parecer”, “achar” ou “saber”, essa modalização permite modular a força das afirmações, alternando entre a abertura ao diálogo e a assertividade categórica na defesa de valores fundamentais.

Já a modalização deôntica surge com particular intensidade, impondo obrigações morais, sociais e políticas ao interlocutor. Tal imposição ocorre não só por meio de formas explícitas — como “é indispensável” ou “não vos permite” — mas também através de construções implícitas que sugerem normas éticas e compromissos coletivos.

De forma mais ampla, esta análise confirma que a modalização desempenha um papel essencial na construção da argumentatividade e na projeção de ideologias, sobretudo em discursos de cariz político e militante. No caso dos manifestos da UMAR, contribui decisivamente para a produção de efeitos de sentido que oscilam entre a denúncia crítica do presente e a projeção utópica de um futuro mais equitativo e transformador.

## **Corpus**

- UMAR (Comissão Distrital do Porto). (1977). Manifesto: por um inquérito rigoroso ao tráfico e corrupção de jovens mulheres. Casa Comum.  
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10092.004.001.008#!1>
- UMAR. (1982). Manifestos aos deputados, aos médicos, aos intelectuais - Semana da Legalização do Aborto. Casa Comum.  
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10092.006.001.075>
- \_\_\_\_\_. (1997). Manifesto: para uma sociedade activa – Graal. Casa Comum.  
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10092.005.002.002#!1>
- \_\_\_\_\_. (2001). Manifesto Europeu "A Igualdade: O Nosso Compromisso". Casa Comum.  
<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=10092.004.018.008>

## **Referências bibliográficas**

- Authier-Revuz, J. (1998). *Heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva: elementos para uma abordagem do funcionamento enunciativo*. In M. A. Abaurre, A. A. Rodrigues & R. I. Koch (Orgs.), *Linguagem e discurso: modos de organização* (pp. 13–34). Campinas, SP: Unicamp.
- Benveniste, É. (1974). *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard.
- Campos, M. H. C., & Xavier, M. F. (1991). Valores modais. In *Sintaxe e semântica do português*. Universidade Aberta.
- Campos, M. H. C., & Xavier, M. F. (2001). Gramática e construção da significação. In F. I. Fonseca, I. M. Duarte, & O. Figueiredo (Eds.), *A linguística na formação do professor de português* (pp. 163–174). Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Charaudeau, P. (1992). *Grammaire du sens et de l'expression*. Hachette Éducation.
- Coates, J. (1983). *The semantics of the modal auxiliaries*. London: Croom Helm.
- Culioli, A. (1985). *Pour une linguistique de l'énonciation: Opérations et représentations*. Paris: Ophrys.
- Halliday, M. A. K. (1970). *Functional diversity in language as seen from a consideration of modality and mood in English*. Foundations of Language, 6(3), 322–361.
- Halliday, M. A. K. (1985). *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold.
- Leech, G. N. (1969). *A linguistic guide to English poetry*. London: Longman.
- Lyons, J. (1968). *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lyons, J. (1977). *Semantics* (Vols. 1–2). Cambridge: Cambridge University Press.
- Maingueneau, D. (1997). *L'analyse du discours*. Hachette.
- Maingueneau, D. (2008). *Gênese dos discursos*. Parábola.
- Meyer, P. G. (1980). *Zur Bedeutung der Modalverben im Englischen: Ein Beitrag zur Theorie der Modalisierung*. Tübingen: Niemeyer.
- Oliveira, F. (1988). *Para uma semântica e pragmática de dever e poder* (Tese de doutoramento, Universidade do Porto).

- Oliveira, F. (2003). “Modalidade e modo” in MATEUS et al, Gramática da Língua Portuguesa. Caminho (pp. 245-247).
- Oliveira, F., & Mendes, A. (2013). Modalidade. In E. B. P. Raposo et al. (Orgs.), *Gramática do português* (Vol. I, pp. 623–669). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Oliveira, F., & Duarte, I. M. (Orgs.). (n.d.). *Da língua e do discurso* (pp. 283–298). Campo das Letras.
- Palmer, F. R. (1979). *Modality and the English modals*. London: Longman.
- Palmer, F. R. (1986). *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Palmer, F. R. (2001). *Mood and modality* (2nd ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Rabaté, A. (2004). *Énonciation et point de vue dans la presse: Le traitement discursif de l'information*. Paris: L'Harmattan.
- Rabaté, A. (2009). *Pour une approche énonciative et interactionnelle de la modalisation*. In M. Charolles & A. Rabaté (Eds.), *Les marqueurs du discours: approches linguistiques* (pp. 101–126). Paris: L'Harmattan.
- Tavares, M. (2000). *Movimentos de Mulheres em Portugal, décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Weinreich, U. (1977). *Explorations in semantic theory*. In A. Julland (Ed.), *Linguistic studies presented to Joseph H. Greenberg* (pp. 408–428). Saratoga, CA: Anma Libri.

Site da UMAR: <http://www.umarfeminismos.org/>